

**Ano Paulino**  
**28 de junho de 2008 a 29 de junho de 2009**

Os Padres e Irmãos Paulinos estão em festa e, juntamente com toda Família Paulina, comemoram o ANO PAULINO dedicado a São Paulo apóstolo. Este ano jubilar será realizado no Brasil e em todo mundo e foi proclamado pelo Papa Bento XVI por ocasião dos dois mil anos do nascimento de São Paulo.

O ANO PAULINO iniciará no dia 28 de junho de 2008 e concluirá no dia 29 de junho de 2009, terá caráter ecumênico, pois São Paulo é o Apóstolo da Universalidade.

O apelo do Papa, na Basílica de São Paulo, em Roma, é para que em todas as dioceses, paróquias, santuários, comunidades e congregações, de modo especial onde São Paulo é o padroeiro, sejam programadas iniciativas culturais e celebrativas para este período.

Assim, teremos a oportunidade de redescobrir o Apóstolo Paulo lendo suas cartas, aprofundando seus preciosos ensinamentos e meditando sobre sua vigorosa espiritualidade de fé, esperança e caridade.

Os Padres e Irmãos Paulinos e a Família Paulina, fundados pelo bem-aventurado Tiago Alberione a exemplo de Paulo, de quem traz o nome e o espírito, têm a missão de anunciar o Evangelho nas mais diversas formas e linguagens da comunicação.

Neste ano de comemorações, mais do que nunca, a animação pastoral, que se inspira no incansável trabalho do discípulo e missionário Paulo junto às comunidades, será incrementado.



## **REFLETINDO COM PAULO**

### **6. PAULO TRABALHADOR**

### **E APÓSTOLO**

reflexão para o mês de dezembro 2008



**Pe. José Comblin**

## REFLETINDO COM PAULO

### 6. PAULO TRABALHADOR E APÓSTOLO

**Pe. José Comblin**

#### **Introdução a questão de debate**

Na teologia de Paulo, o trabalho manual do apóstolo não é circunstância marginal: o trabalho pertence à essência da missão apostólica e confere-lhe legitimidade.

A importância que Paulo atribui à sua vida de trabalho é surpreendente, porque, à primeira vista, ela se opõe categoricamente às instruções dadas por Jesus no evangelho. Jesus estimula os apóstolos a viver uma vida de total despreocupação em que, a cada dia, recebem a sua subsistência da caridade dos irmãos. Segundo Jesus, os apóstolos não levam nada consigo e vivem como mendigos, aceitando o que se lhes dá (Mt 10,9-13). Os apóstolos não devem viver como os lírios do campo e os passarinhos do céu que não trabalham e o Pai do céu cuida deles (Mt 6,25-34).

Paulo sabia que contradizia às instruções dadas por Jesus. Os seus adversários muitas vezes fizeram valer as instruções de Jesus! Não obstante essas instruções, Paulo

se manteve até o fim fiel à sua doutrina. Ele continuou trabalhando e dando a esse trabalho um significado central na sua missão. Há aqui um mistério. Não aconteceu tantas vezes no Novo Testamento que um apóstolo permanecesse obstinadamente em contradição a uma ordem formal de Jesus. Vale a pena considerar o caso. De um modo geral, os teólogos deram pouco valor ao trabalho de Paulo. No entanto, este está no centro das controvérsias tão famosas como as que evocam as epístolas aos Coríntios. De certo modo, as controvérsias mais agudas da Igreja Antiga tiveram por tema o trabalho dos evangelizadores. Uns estavam a favor; outros, contra; e ninguém se dispunha a ceder, cada um achando que se tratasse de um ponto central não negociável.

Isto nos lembra uma controvérsia famosa que houve na Igreja Católica, uns anos atrás: a questão dos padres-operários. Também naquela época, o trabalho dos sacerdotes esteve no centro de todo o problema da relação entre Igreja e mundo, salvação e criação. O Papa Pio XII proibiu o trabalho para os sacerdotes, considerando-o incompatível à condição de padre. Os padres-operários achavam, por sua vez, que somente o trabalho abriria as portas da evangelização do mundo do trabalho e que, sem o seu trabalho, qualquer comunicação com esse mundo seria impossível.

O teólogo e sociólogo G. Theissen escreveu um artigo importante sobre o trabalho de Paulo, procurando compreendê-lo dentro do contexto social do cristianismo primitivo e da sociedade em que se desenvolveu. O artigo foi publicado na revista internacional *New Testament Studies*, vol. 21, 1974/5, pp. 192-221. Foi recolhido numa coleção do mesmo autor, publicada sob o título de *Studien zur Soziologie Urchristentums*. 1. ed. 1979; 2. ed. ampliada, 1983. Tübingen. pp. 201-230. Encontra-se na tradução espanhola *Estudios de sociología del cristianismo primitivo*. Salamanca, Ed. Sígueme, 1985, pp. 151-188. Porém, não foi assumido na tradução parcial da mesma coleção em língua portuguesa pela editora Sinodal, *Sociologia da Cristandade Primitiva*, 1987).

Vamos começar por resumir a hipótese de G. Theissen e, depois, examinaremos os textos nos quais Paulo explicita a razão da sua opção pelo trabalho. A hipótese de Theissen refere-se às condições sociais que permitem compreender essa decisão. Veremos depois a ideologia do trabalho que Paulo elaborou para justificar a sua decisão aos seus próprios olhos. Previamente, porém, vamos apresentar brevemente os textos que falam do assunto.

### 1. Os textos

O texto mais antigo há de ser 1Ts 2,9: “Irmãos, vocês se lembram dos nossos trabalhos e fadigas. Pregamos o

evangelho a vocês, trabalhando de noite e de dia, a fim de não sermos de peso para ninguém.” Já desde o texto mais antigo “evangelizar” e “trabalhar” são dois verbos estreitamente associados. Mais adiante, na mesma epístola, Paulo insiste no dever de trabalhar para os cristãos, e retoma argumentos semelhantes aos que invocou para si mesmo (4,11-12).

Em 2Ts, cuja data e autenticidade são inseguras, há um longo parágrafo sobre o dever de trabalhar. É, provavelmente, o texto mais popular sobre o assunto (2Ts 3,6-12). A doutrina é profundamente paulina. No meio dos conselhos para trabalhar, Paulo lembra os seus próprios trabalhos: “Vocês sabem como devem imitar-nos: nós não ficamos sem fazer nada, quando estivemos entre vocês, nem pedimos a ninguém o pão que comemos; pelo contrário, trabalhamos com fadiga e esforço, noite e dia, para não sermos um peso para nenhum de vocês” (2Ts 3,7-8).

É nas epístolas aos Coríntios que achamos os textos mais amplos sobre a questão do trabalho manual. Foi também em Corinto que o assunto foi muito debatido.

Na primeira Epístola aos Coríntios, o trabalho aparece primeiro na enumeração das humilhações do apóstolo: “e nos esgotamos trabalhando com nossas próprias mãos” (4,12a). Depois, no capítulo 9, vem a argu-

mentação contra os adversários de Paulo. A maior parte do capítulo trata do trabalho do apóstolo (9,1-18), e o resto do capítulo prolonga a mesma doutrina.

Paradoxalmente a argumentação de Paulo tende a mostrar que ele teria o direito de não trabalhar e de viver das esmolas da comunidade. Em lugar de reivindicar o direito de trabalhar, ele reivindica o direito de não trabalhar. Somente a hipótese de Theissen fornece uma explicação a esse paradoxo. Vendo que Paulo trabalhava, os outros apóstolos, que não trabalhavam, disseram que Paulo não era um verdadeiro apóstolo, e não seguia as ordenanças de Jesus, que ordenou que os apóstolos não trabalhassem. Se Paulo trabalha, é porque tem consciência de que não é realmente apóstolo, pelo menos não com a mesma dignidade dos outros.

Então Paulo reivindica o direito de não trabalhar e de ser sustentado pela comunidade, enumerando diversos argumentos:

- O primeiro argumento é “humano” (9,8). O trabalhador vive do seu trabalho: o soldado, o vinhateiro, o pastor. Daí que o apóstolo vive da comunidade que constituiu. Os vv. 10-11a vão na mesma linha, porém, o argumento não é tão evidente assim. Está bastante evidente que, quem plantou uma vinha, tem direito de usar os frutos. Mas a afirmação contida na pergunta “se

semeamos bens espirituais em vocês, será muito colher bens materiais de vocês?” não é tão evidente assim. Ela supõe uma concepção idealista do trabalho, que o considera inferior aos bens espirituais. Na realidade, por que aquele que deu bens espirituais a alguém teria direito de receber bens materiais? A justa compensação seria uma troca de bens espirituais, ou uma troca de bens materiais, mas não de bens espirituais por bens materiais. Em todo caso, Paulo cita esse argumento como evidente. É bom notar desde já que Jesus não deu esse argumento.

- O segundo argumento é tirado da Lei de Moisés, isto é, de Dt 25,4. Paulo dá a esse texto uma interpretação espiritual: passa dos bois para os apóstolos. A passagem será legítima? De novo, há uma equivalência entre o boi e o trigo, entre trabalho material e recompensa material. O problema é a passagem dos bens espirituais, que o apóstolo dá, aos bens materiais que pretende receber. Mais adiante, Paulo volta ao argumento da Lei, citando o exemplo dos sacerdotes que vivem do altar (v. 13). De novo o argumento não procede muito bem, pois os sacerdotes do templo executam tarefas materiais: exercem a profissão de açougueiros. De certo modo é justo que vivam das carnes com que trabalham. Mas o apóstolo não é diferente?

- Por fim, o terceiro argumento é a ordem de Jesus: “O Senhor ordenou que aqueles que anunciam o evangelho vivam do evangelho”. Temos essa ordem: Mt 10,10. Não sabemos em que forma Jesus exprimiu essa ordem. O texto que é comum aos sinóticos refere-se a uma atividade de missionários itinerantes, que percorrem aldeias e povoados como Jesus e param pouco tempo em cada lugar. Dentro do contexto dos evangelhos, essa ordem forma parte do apelo geral à confiança. O missionário deve confiar em Deus, isto é, praticamente no povo que evangeliza. Jesus não falava de ministros permanentes ou de missionários residentes.

Depois de enumerar tantos argumentos a favor do seu direito, Paulo declara enfaticamente que não quer “usar” esse direito (9,12), que não quer “tirar vantagem” dele (9,15). Quais são as razões que Paulo invoca para justificar essa opção? Deixaremos esta pergunta para a terceira parte deste artigo. Basta dizer aqui que Paulo insiste muito e faz questão de destacar que, para ele, não receber salário é essencial ao seu ministério. Não receber salário é, para ele, um título de glória. Evangelizar é a sua obrigação. Evangelizar gratuitamente é o seu título de glória.

Os outros apóstolos acusaram Paulo de não ser livre por estar se dedicando ao trabalho. Eles são livres por-

que não têm nenhuma obrigação. Paulo protesta: “Não sou livre?” (9,1a). Na realidade, sendo livre, ele se tornou escravo voluntariamente. Explica essa opção como parte de uma opção global. Em tudo ele escolheu ser escravo ou servo. -”tornei-me o servo de todos” (9,19). Enumera que se tornou servo dos judeus (v. 20), dos pagãos (v. 21), dos fracos (v. 22).

Na segunda Epístola aos Coríntios, Paulo volta ao tema da sustentação por ocasião de uma nova controvérsia com outros apóstolos, que parecem diferentes dos da primeira epístola. De novo veio a acusação de que Paulo não recebe comida da comunidade dos Coríntios. Desta vez, na sua resposta, Paulo não alude ao trabalho, mas à ajuda que recebera da Macedônia, concretamente, dos Filipenses (2Cor 11,7-12; comp. Fl 4,15-16). Paulo alude às necessidades que passou, mas não alude ao trabalho. Será que o valor do trabalho teria decaído tanto em Corinto? Não conhecemos exatamente o porquê da mudança na argumentação. Da mesma maneira, 2Cor 12,13-14 alude de novo à questão econômica, mas não fala do trabalho.

O trabalho manual ficou tão ligado à personalidade de Paulo que veio a formar parte parte do personagem oficial. Entrou nas tradições sobre a vida e o ministério de Paulo. Foi ali que dos Atos dos Apóstolos o encontrou.

Lucas fala do trabalho manual de Paulo precisamente em Corinto, lá onde foi tão debatido. Narra como Paulo encontrou Áquila e Priscila e foi morar e trabalhar com eles, já que, como ele, Áquila era fabricante de tendas, trabalhador do couro. Somente quando chegaram Timóteo e Silas, com ajuda econômica da Macedônia, foi que Paulo se dedicou mais inteiramente à pregação. Não se diz durante quanto tempo.

Em Éfeso, com certeza, Paulo se hospedou também na casa de Áquila e Priscila e trabalhou com eles (At 18,1-5.18.19.26). Pois aos presbíteros de Éfeso, reunidos em Mileto, Paulo menciona o trabalho de suas mãos: “Não cobicei prata, nem ouro, nem vestes de ninguém. Vocês mesmos sabem que minhas mãos providenciaram o que era necessário para mim e para os que estavam comigo. Em tudo mostrei a vocês que é trabalhando assim que devemos ajudar os fracos, recordando as palavras do próprio Jesus, que disse: ‘Há mais felicidade em dar que em receber’” (At 20,33-35).

## 2 - A hipótese de G. Theissen

G. Theissen procurou reconstruir, à base de dados históricos concretos, a controvérsia que houve em Corinto entre Paulo e os outros apóstolos. Entre ele, que trabalhava, e os outros, que não trabalhavam. A hipótese dele

é que, em Corinto, se encontraram dois modelos de apóstolos, ou de líderes carismáticos do cristianismo primitivo, e do encontro resultou um choque que ninguém conseguiu resolver, pois cada modelo continuou inflexível na sua posição.

Por um lado temos o modelo que Theissen chama dos “carismáticos itinerantes”. Theissen estudou detalhadamente esse modelo em vários artigos, dois dos quais se acham na coleção portuguesa mencionada. Dedicou a esse modelo um opúsculo já antigo e hoje considerado como um clássico. Trata-se do livrinho sobre o chamado “movimento de Jesus”. Veja G. Theissen, *Soziologie der Jesusbewegung. Ein Beitrag zur Entstehungsgeschichte des Urchristentums*. Munique, Kaiser Verlag, 1977; traduzido ao espanhol sob o título de *Sociología del movimiento de Jesus. El nacimiento del cristianismo primitivo*. Santander, Sal Terrae, 1979.

Já que este modelo somente nos interessa indiretamente, insistiremos pouco nele. Ele está fundado na análise da tradição sinótica e escritos antigos, como a Didaquê. Conforme este modelo, os evangelizadores constituem uma categoria nova dentro dos marginalizados da sociedade palestinese. Os missionários cristãos anunciam o Reino de Deus, anunciam o fim deste mundo já condenado, atitude típica de uma sociedade não integra-

da, na qual muitas pessoas não acham espaço para viver. De fato a sociedade vai explodir na grande insurreição dos anos 66-70 e vai sair dessa crise totalmente arrasada. Os missionários são itinerantes, ligados ao mundo de pequenos proprietários rurais. Vivem de esmolas, isto é, recebem comida e pouso nessas famílias de pequenos proprietários. Estes podiam sustentá-los de modo permanente se fossem ministros permanentes de uma comunidade. Esses missionários falam e curam doentes. Nunca trabalharam, ou deixaram o trabalho. O seu carisma consegue persuadir os ouvintes, porque estes sentem que o mundo não pode continuar do jeito que está.

O modelo de carismáticos itinerantes nasceu no mundo da Palestina ou da Síria onde há muitos povoados situados perto uns dos outros. As viagens são sempre curtas e as famílias despedem os missionários apenas com o pão de um dia. Aconteceu que os mesmos missionários, ou alguns deles, foram também visitar regiões afastadas e chegaram até as igrejas fundadas por Paulo. Eles se fazem acompanhar de cartas de recomendação e foram acolhidos pelos irmãos, dizendo que têm direito a ser sustentados.

Ora, no mundo das igrejas paulinas, as coisas são diferentes. Primeiro, as distâncias são grandes. Paulo evangelizou apenas as cidades grandes. Falavam grego

e, salvo na Grécia, o povo dos campos e dos povoados não falava grego, mas cada um falava o seu idioma. Entre as igrejas, as distâncias eram de centenas de quilômetros. As viagens eram caras. Antes de continuar a viagem, os missionários permaneciam um bom tempo. As cartas de recomendação, nem a duração das visitas estavam previstas pelo modelo. Ao invés disso, as instruções antigas insistem em que, se um missionário quer ficar mais de dois dias, ele é um falso profeta, que abusa da hospitalidade. Em todo caso, certos missionários itinerantes, entre eles Pedro, não trabalhavam. Para Pedro, que era pescador, o trabalho teria sido impossível. Da mesma maneira, seria impossível para os missionários que tinham sido agricultores na Galiléia. Esses missionários insistem no seu direito à sustentação. Na Galiléia, tudo era espontâneo. As famílias convidavam espontaneamente os missionários de passagem. No mundo grego, não é evidente que uma comunidade deve sustentar um missionário que vem passar meses ou semanas. Os missionários elaboram uma doutrina para convencê-los. (Sobre esses carismáticos itinerantes, ver no livro *Estúdios de Sociología del cristianismo primitivo*, pp. 152-161).

Barnabé e Paulo pertencem ao outro modelo, ao dos “organizadores de comunidades”. Os primeiros não fundam comunidades, mas visitam as comunidades já

fundadas por outros, ou visitam famílias isoladas que formam uma rede de amigos. Barnabé e Paulo fundaram comunidades ali onde não havia nada. Estes missionários são condicionados pela sua formação e pela situação social em que realizam sua missão.

Ambos são homens de cidades. No campo tudo lhes é alheio. Não havia somente um problema de língua, mas havia também um problema de cultura: a cultura de Paulo é urbana.

Ora, no mundo romano, as cidades constituem a parte privilegiada. Os romanos desenvolveram as instituições republicanas nas cidades e permitiram um grande desenvolvimento da riqueza pelo comércio e pelo artesanato. As cidades contêm muita riqueza e vivem da exploração do campo além da sua produção própria e do comércio. Nessas cidades, não se pode falar em fim do mundo, utopismo ou Reino de Deus. Não há esperança escatológica imediata. Economicamente, as cidades do Mediterrâneo atingem um apogeu. Nas comunidades paulinas há uma minoria significativa de convertidos de condição econômica acomodada, sobretudo entre os prosélitos que se converteram ao cristianismo por ser uma forma mais universal e mais aberta de monoteísmo. Para eles, o cristianismo era um judaísmo sem as particularidades da Lei de Moisés.

Em tal contexto, a mendicância carismática ou religiosa não é muito apreciada. O que mais se estima são as virtudes do “patriarcalismo de amor” que as epístolas dêutero-paulinas vão exaltar (Cl, Ef, 1 e 2Tm, Tt). O que se estima é o trabalho. “Quem não quer trabalhar, que não coma”, tal é a sabedoria que faz a riqueza dos artesãos e dos comerciantes das cidades. Se não os torna realmente ricos, pelo menos lhes dá segurança.

É bem verdade que também as igrejas helenísticas receberam e sustentaram carismáticos itinerantes. Mas podemos deduzir que Barnabé e Paulo eram mais sensíveis ao que era conveniente ou não nesse ambiente, e souberam responder melhor.

No mundo helenístico, havia grande circulação de astrólogos, magos, charlatães ambulantes; vendedores de receitas, de sabedorias, de mágicas, de santos ou de religiões.

Todos exerciam isso como uma profissão e eram desprezados pelos cidadãos honestos, ainda que o povo, em caso de problemas, recorresse a eles. Paulo sabia que corria o perigo de ser confundido com essa categoria de vendedor de sabedorias se recebesse dinheiro ou sustento a partir de sua atividade como evangelizador.

Paulo devia conhecer a regra de Sócrates, segundo a qual sofistas são os que recebem pela sua sabedoria, enquanto o verdadeiro sábio não recebe nada. Conhece também o tópico da liberdade do filósofo, tópico muito invocado pelos cínicos. Para o verdadeiro filósofo importa não depender de ninguém. Importa ser auto-suficiente. Outros interpretavam esse tópico no sentido de não depender do trabalho. Paulo entendia no sentido de não depender de ninguém: ser livre é poder escolher as suas relações. Podemos pensar que o trabalho está ligado em Paulo a uma maior liberdade missionária: não dependendo do sustento de outros pode percorrer países novos, regiões desconhecidas e plantar a fé nos lugares que ainda ninguém atingiu. (Sobre o modelo de “organizador de comunidades”, ver o livro de G. Theissen, *Estudios de Sociología del cristianismo primitivo*, pp. 161-167).

Segundo G. Theissen o conflito maior que houve em Corinto foi um conflito entre dois modelos de missionários. Não era um problema de oposição de personalidades, nem no caso de 1Cor (conflito com os seguidores de Pedro e de Apolo), nem no caso de 2Cor (conflito com os chamados ou autodenominados “super-apóstolos”). Os dois modelos se encontraram na cidade de Corinto, e cada um tentou fazer prevalecer a sua

legitimidade. Foi um conflito por legitimidade. Cada modelo tinha argumentos fortes, mas os argumentos não eram tirados das mesmas fontes.

G. Theissen distingue três tipos de legitimidade, isto é, três espécies de argumentos que constituem a legitimidade a partir de fontes diferentes. Há uma legitimidade carismática que resulta do modo de viver. Os adversários de Paulo invocam sobretudo esse título de legitimidade, já que fazem ostentação do modelo de vida exigido pelo próprio Jesus, e, segundo eles, vivido por Jesus na sua vida terrena. Sobre a legitimidade carismática Paulo está na defensiva, embora ache o seu modelo de vida, fundado no trabalho, também inspirado pelo Espírito Santo e não numa opção arbitrária.

Depois vem uma legitimidade tradicional que procede não do modo de viver, mas da origem: a origem que confere mais legitimidade é a terra de Jesus e a proximidade com ele.

Por fim vem a legitimidade funcional que deriva das obras produzidas. Para o ponto de vista tradicional. Paulo sente-se inferior aos outros que viveram na Palestina com Jesus ou “perto” dele. O grande argumento de Paulo são as obras produzidas. As igrejas fundadas por ele são a prova mais evidente da sua legitimidade. Apa-

rentemente esse tipo de argumento não é apreciado pelos seus rivais no apostolado.

Segundo Theissen o problema do trabalho refere-se a essa questão da legitimidade apostólica, especificamente à legitimidade carismática. E assim chegamos, por fim, à hipótese de Theissen, que é a seguinte: Paulo foi acusado por seus adversários de infidelidade a um mandato de Jesus. Jesus tinha dado ordem aos apóstolos de renunciar a qualquer garantia e de viver na confiança total. Não haveria nada organizado, nem sistematizado para a ajuda. Não havia exigência para as comunidades, mas exigências para os apóstolos. Pelo trabalho, Paulo queria buscar uma segurança, não confiava mais em Deus, procurava apoio em meios humanos, deixava de praticar o espírito do Sermão do Monte. Por outro lado, ele ficava ligado ao trabalho e perdia a liberdade total que dava o espírito do Sermão do Monte. Na sua resposta, Paulo tem um direcionamento diferente do Senhor: faz do sustento um privilégio dos apóstolos e um dever das comunidades. Se se trata de um privilégio, ninguém é obrigado a usar. A ordem de Jesus muda: doravante é uma ordem dada às comunidades.

Theissen tenta provar a sua hipótese por meio de três tipos de argumentos. Tenta provar que Paulo foi acusa-

do em nome de preceitos do cristianismo primitivo, que foi acusado de ser infiel às regras do apostolado e que a defesa que apresenta em outros lugares se explica como resposta a tais acusações. Não conhecemos as objeções feitas a Paulo a não ser indiretamente, pelas respostas que ele mesmo oferece. Apesar disso, não é impossível reconstituir os acontecimentos pelo menos de modo geral.

Vejamos primeiro as acusações. Paulo foi acusado de não ser livre e de não ser verdadeiro apóstolo (1Cor 9,1). Foi acusado de agir segundo a carne (2Cor 10,34). Foi acusado de um pecado misterioso que não chega a explicitar (2Cor 11,5; 12,11.13): sempre dá a impressão de que o consideram inferior por causa de alguma coisa. Qual é essa coisa que o tornaria inferior, que seria como uma mancha? Também em 1Cor, Paulo alude a acusações concretas que lhe fazem (4,34). Qual é esse pecado, essa falta original que há em Paulo? Não será o trabalho? Como se definem os adversários de Paulo? Haveria nas pretensões deles uma coisa que exclua o trabalho e permita condená-lo em Paulo? Parece que sim. Theissen cita três apelações.

Primeiro eles se dizem “pertencentes a Cristo”, são “de Cristo” (2Cor 10,7). Isto pode lembrar Mc 9,41. “De Cristo” são os missionários intinerantes enviados

por ele que recebem o sustento dos seus hóspedes. Paulo não seria “de Cristo”. Mas ele responde vigorosamente.

Em segundo lugar, eles se dizem “servidores de Cristo” (diáconos de Cristo) (2Cor 11,23). Paulo protestou: ele também é, e mais do que eles. Mas ser servidor ou diácono é, antes de tudo, imitar. Eles se acham melhores imitadores; Paulo, por sua vez, também.

Em terceiro lugar, eles se dizem “operários” de Cristo (2 Co 11, 13) no sentido de que “operário merece o seu salário” (Mt 10,10; Lc 10,7). Paulo não seria operário nesse sentido. Tudo isso poderia de fato pôr em questão o problema do trabalho de Paulo.

Por fim, a defesa de Paulo não conseguiu convencer os adversários. Mostra que, se fez opção pelo trabalho, foi por obrigação de Deus. Ele não se opõe à lei de Cristo, mas obedeceu a uma outra ordem de Cristo (1Cor 9,15-18.21). Não convenceu porque não mostra que não se afasta da letra de Cristo. Em 2Cor, invoca todos os seus trabalhos. Não pode ser acusado de ter sacrificado a missão para poder trabalhar. A abundância das obras é uma prova forte para ele. Mas não convence, porque a objeção é outra. Do ponto de vista da legitimidade, o trabalho constitui um obstáculo insuperável.

Depois da legitimidade carismática, intervém a legitimidade tradicional. Os adversários de Paulo reivindicam a superioridade também desde este ponto de vista. São “hebreus, israelitas, descendentes de Abraão” (2Cor 11,22). É verdade que Paulo é tudo isso também, mas o seu judaísmo deve ser entendido como de qualidade inferior. Por quê? Porque Paulo era da diáspora e não da Palestina, era cidadão de Tarso e cidadão romano, isto é, muito integrado na sociedade romana. Além disso, eles chegavam com cartas de recomendação de comunidades concretas (2Cor 3,1). Paulo não fazia isso. No início, tinha sido enviado pela Igreja de Antioquia (At 13,1-2). Mas nunca alude a Antioquia nas suas cartas. Possivelmente teve tensões com esta comunidade, ligadas provavelmente aos seus conflitos com Barnabé, que era o grande líder de Antioquia.

Por fim, intervém a legitimidade funcional. Este é o grande argumento de Paulo para legitimar a sua dignidade de apóstolo. Paulo invoca sua “obra”. Obras de Paulo são as comunidades que fundou (1Cor 9,1-2). Os Coríntios são a carta de recomendação de Paulo (2Cor 3,2). Em 2Cor 10,12-18 consta que o grande argumento de Paulo são as suas obras apostólicas que considera superiores às obras de todos os seus competidores.

Theissen chega à seguinte conclusão: os adversários de Paulo se apóiam numa legitimação carismática e Paulo busca apoio numa legitimação funcional. Por trás está a questão do sustento. Paulo não pediu sustento às comunidades. Chegaram apóstolos da Palestina, munidos de cartas de recomendação e pediram sustento. As comunidades manifestaram surpresa, porque Paulo nunca pedira isso. Então, estes apóstolos invocaram as palavras de Jesus e enfrentaram Paulo. Deviam negar a apostolicidade de Paulo, ou procurar mudar a sua conduta. Pelo visto, procuram modificar a conduta de Paulo, mas não conseguiram: “O que faço, continuarei fazendo” (2Cor 11,12). Então procuraram desacreditá-lo, mostrando que não era apóstolo completo e, por isso, não tinha direito ao sustento. Aí Paulo reagiu com indignação.

Os missionários da Palestina não tinham condições de voltar ao trabalho depois de, talvez, já 20 anos de vida itinerante, sustentada pelos cristãos. Paulo reconhece o fato e, por isso, não quer impor a todos a norma que ele mesmo adotou. Considera que o direito ao sustento existe, mas que é um privilégio. Não pode, nem quer discutir o direito para não se opor às palavras de Jesus. Mas, por outro lado, não quer mudar o modo de viver. Inventou a categoria de privilégio: o sustento é um privilégio que ele não é obrigado a usar.

Dentro dessa hipótese, o trabalho está no centro da questão do apóstolo legítimo. Paulo, porém, teve de pronunciar-se sobre o seu trabalho para responder às objeções. Quais foram as vantagens? Quais foram as razões apostólicas e quais foram os resultados práticos da opção pelo trabalho? Não houve oportunidade para colocar a questão deste modo. O trabalho foi visto como fator negativo e não como fator positivo. Paulo nega a negatividade, mas não tem oportunidade de pôr a positividade.

### **3. As razões do trabalho**

O próprio Paulo enumera ostensivamente uma série de razões muito sérias para não trabalhar, incluindo uma ordem expressa de Jesus. Se, apesar de razões tão fortes, decide trabalhar, devia ter razões de um peso realmente extraordinário. Pois não é razoável supor que trabalhava apenas por teimosia ou por razões psicológicas quaisquer.

De fato, ele afirma ter razões fortíssimas. O trabalho é para ele a sua “glória” (1Cor 9,16). De certo modo, trabalhar é, para ele, mais necessário do que evangelizar. Prefere morrer antes do que renunciar a trabalhar (1Cor 9,15). Se há algum argumento que quer invocar ao seu favor, um mérito na vida, um título pessoal será o fato de trabalhar (1Cor 9,17-18). Não há espaço aqui para

fazer uma exegese minuciosa destas afirmações, mas consta já à primeira vista que Paulo dá muita importância ao trabalho. É uma coisa que ele faz questão de não deixar. Os adversários podem invocar todo tipo de argumento, mas neste ponto ele não vai mudar (2Cor 11,12).

Quais eram essas razões? Paradoxalmente Paulo enumerava minuciosamente todas as razões que teria para não trabalhar, mas não teve oportunidade de enumerar as razões que tinha para trabalhar. No entanto, há algumas que se deixam adivinhar.

Podemos de antemão prever que estas razões estão ligadas ao desempenho de sua missão apostólica. Em 1Ts 2,9 o apóstolo diz que trabalhou em Tessalônica de dia e de noite “a fim de não ser de peso para ninguém”. Aparentemente a razão seria de compreensão ou de compaixão pelos cristãos de Tessalônica para não acrescentar peso aos trabalhos deles. Os cristãos de Tessalônica são de condição modesta. Não dispõem de meios econômicos para sustentar um apóstolo, inclusive com toda a sua comitiva.

Contudo, não é provável que a razão seja simplesmente de compaixão. Sabemos que os tessalonicenses colaboraram com a grande coleta em favor dos cristãos de Jerusalém. Pode ser que tenham enviado ajuda a

Paulo quando este estava em Corinto (At 18,5). Por outro lado, os cristãos de Tessalônica não eram certamente mais pobres do que os camponeses da Galiléia e da Síria, aos quais Jesus deu ordem de sustentarem seus missionários.

A razão não era somente a pobreza dos cristãos. Era algo mais, ligado à evangelização. O “peso” de que fala a Epístola aos Tessalonicenses é algo ligado à evangelização.

Em 1Cor 4,12, o trabalho com as mãos está ligado ao conjunto de privações e de humilhações da vida apostólica: “somos desprezados... passamos fome, sede, frio e maus tratos; não temos lugar certo para morar; e nos esgotamos trabalhando com as nossas próprias mãos” (1Cor 4,10-12). A enumeração das privações culmina no v. 13: “Até hoje somos considerados como o lixo do mundo, o esterco do universo”. O trabalho forma parte da “loucura” e da “fraqueza” do apóstolo.

Podemos perguntar-nos se essa “loucura” ou essa “fraqueza” realmente estão ligadas à missão apostólica enquanto tal ou se estão ligadas a uma certa opção que Paulo fez. Paradoxalmente Paulo opõe-se aos Coríntios: “Nós somos loucos por causa de Cristo; e vocês como são prudentes em Cristo. Nós somos fracos, vocês fortes. Vocês são bem considerados, nós somos despreza-

dos” (1Cor 4,10). Anteriormente foi dito: “Vocês já estão ricos e satisfeitos e se sentem reis sem nós” (1Cor 4,8).

Como os Coríntios podem ser tão ricos e Paulo tão pobre? Terá sido inevitável? Não terá sido uma opção voluntária e paradoxal de Paulo? Não podemos imaginar que todos eram ricos em Corinto, se o próprio Paulo afirma que havia poucos ricos no meio deles (1Cor 1,26). Então o brilhante discurso antitético de 1Cor 4,8-12 não se dirige a toda a comunidade, mas apenas aos membros mais ricos dela. A comunidade podia muito bem sustentar Paulo. Mas então, Paulo estaria socialmente colocado ao lado das elites privilegiadas. Escolheu uma condição fraca e humilhada não porque era necessária ou inevitável, mas porque ela o assimilava aos escalões mais baixos da sociedade e da comunidade.

Em 1Cor 9,22, volta a idéia de fraqueza a propósito da vida apostólica no contexto do trabalho. Depois de toda a argumentação sobre o sustento, Paulo passa a invocar o seu princípio apostólico mais geral: “Embora eu seja livre em relação a todos, tornei-me o servo de todos, a fim de ganhar o maior número possível” (1Cor 9,19). Consta que o argumento da liberdade estava na alma do debate sobre o sustento. Da liberdade Paulo

passa ao tema da servidão, e de lá, ao tema habitual. A servidão em relação a todos significa o seguinte: “com os judeus, como judeu... com os pagãos... como pagão” (1Cor 9,20-21). Acrescenta: “Tornei-me fraco com os fracos a fim de ganhar os fracos” (v. 22a). Conclui: “Tornei-me tudo para todos, a fim de salvar alguns a qualquer custo” (v. 22b). No entanto, a conclusão não procede, pois Paulo não se tornou “tudo” para “todos”. Ele não se tornou “forte” com os “fortes”. Falhou a enumeração. Não foi por esquecimento. Foi porque na estrutura do seu pensamento ele não se torna igual para todos. Ele fez uma opção! Entre judeus e não judeus ele não fez opção, mas é de todos. Mas entre fracos e fortes, ele fez uma opção.

Assim, como no cap. 4, Paulo fez opção pelos fracos separando-se dos fortes. Aos fortes ele diz: “vocês”. Aos fracos ele diz: “nós”. O trabalho está ligado a essa opção.

O que aconteceu então? Aconteceu que as comunidades paulinas são pluriclassistas — diferentes das comunidades palestinas, que são de pobres. Uma comunidade pluriclassista traz muitos problemas. 1Cor contém uma série desses problemas. Um desses problemas é a posição social dos líderes. Ora, Paulo, justamente porque se tratava de comunidade pluriclassista,

escolheu o partido dos fracos. Quis aparecer como sendo dos fracos e vivendo como eles. Teria sido fácil receber ajuda dos ricos e participar do modo de viver deles. Justamente por isso Paulo escolheu o outro caminho. Quis estar do lado dos mais fracos da comunidade, não pela palavra, mas pelo modo de viver. O seu trabalho significa essa opção.

Se foi assim, podemos supor que os críticos do trabalho de Paulo não foram apenas os outros apóstolos, que recebiam o sustento da comunidade, mas os próprios ricos da comunidade. Estes ofereceram a Paulo o sustento, casa, roupa, comida como aos outros, pois podemos presumir que o sustento era dado pelos ricos. Aceitando, porém, essa ajuda, Paulo ia ser adjunto à casa dos ricos então, sim, ia perder toda a liberdade tão invocada pelos outros. Paulo rejeitou a oferta das famílias ricas de Corinto e foi morar com os trabalhadores. Ofendeu os ricos, mas foi adotado pelos trabalhadores. A opção pelo trabalho foi uma opção entre os dois mundos, que estavam representados nas comunidades. Paulo sente que Pedro, Apolo e os outros se tornaram prisioneiros das famílias ricas. Ele ficou livre e está aberto a todos: não se fez rico com os ricos, mas pobre com os pobres. Tomou partido claramente na ação social de Corinto (e certamente também de Éfeso e outras grandes cidades).

A opção de Paulo pelos trabalhadores não era puramente social. Ela incluía necessariamente também uma concepção da fé e da ética cristã. O modelo social inclui todo um modelo de vida. A consequência da opção de Paulo foi a adoção do modelo moral da classe dos trabalhadores. A escolha do modelo rico e aristocrático teria levado provavelmente a uma ética heróica de desprendimento absoluto: assim Lucas, que sendo grego, rico e independente renunciou a tudo e se tornou heroicamente pobre, distribuindo o que tinha: o ideal de At 3-5 só podia vir de um aristocrata. Da mesma maneira, na história do cristianismo, o ideal de pobreza radical de Francisco de Assis, de Bernardo de Claraval, de Inácio de Loyola, de Tereza de Ávila só podia nascer na aristocracia. Os pobres não idealizam a pobreza de semelhante maneira. Aliás, todos estes idealizaram a pobreza, mas não o trabalho. Os pobres idealizaram o trabalho, mas não a pobreza.

De Paulo nasceu uma ética que Theissen, seguindo Troeltsch, batizou com o nome de “paternalismo de amor”, ou “patriarcalismo de amor”. Esta ética corresponde às aspirações de uma classe de trabalhadores que exalta os valores que lhe permitem sobreviver e salvar sua dignidade: o trabalho, união dos filhos e dos servos ou empregados, ordem em casa, discipli-

na, organização, parcimônia, fuga dos vícios (particularmente da bebida) e da prostituição.

Esta ética está representada por 2Ts 3,6-15, pois esta norma, “quem não trabalhar, também não coma”, somente vale para as famílias de trabalhadores. É como se fosse o conselho do pai aos filhos ou aos servidores. Isto é impensável numa família rica. Aí todo mundo sabe bem que quem trabalha mais, come menos, e quem come bem mesmo, é aquele que nunca trabalhou. Outra ética. O rico nem sequer pensa no trabalho. Ele não “cria vergonha” de modo algum (2Ts 3,14).

“Trabalhar em paz”: recomendação de família de artesãos. Todos sabem que os ricos cultivam tensões, brigas, conflitos permanentes: é o que perfaz a trama da vida, conforme as novelas da TV. Os trabalhadores detestam as brigas que perturbam o trabalho. Por outro lado, o trabalho ocupa a mente e acalma as brigas. Sabedoria de pobres (2Ts 3,12)!

Da mesma maneira os códigos familiares de Cl 3,18-22 e Ef 5,21-6,9 exprimem uma ética de trabalhadores. As relações de família são vistas a partir das necessidades do trabalho, de modo muito prático. Os filhos e os escravos trabalham com o pai, e a mãe está entrosada no sistema. Qualquer desunião da casa desintegra o sis-

tema de trabalho. Estamos aqui diante de uma sociedade artesanal.

A civilização helenística tem a fama de ter desprezado o trabalho. Na realidade, quem desprezou o trabalho foram os intelectuais, entre eles os da tradição de Platão e, naturalmente, as aristocracias, que acharam na filosofia motivos de glória. Mas uma civilização não se mantém sem trabalho. Com um trabalho escravo não se mantém uma civilização brilhante como o helenismo. Ao lado do trabalho escravo existia o trabalho mais especializado e mais complicado dos artesãos. Estes precisavam de uma ética que não fosse a dos senhores, nem a dos escravos. Precisavam de família bem constituída, o que não tinham os senhores, nem os escravos. A ética de procedência paulina, das dêutero-paulinas, é uma ética de classe média de artesãos.

Também nas Epístolas Pastorais encontramos a mesma tradição de ética de classe média artesanal. Trata-se das normas para a eleição dos presbíteros e diáconos: 1Tm 3,1-13; 4,17-23; 2Tm 2,14-26; Tt 1,5-9. A mesma orientação seguem as regras para as mulheres (1Tm 2,9-15), as viúvas (1Tm 4,3-16), os escravos (1 Tm 6,1-2), os cretenses em geral (Tt 1,10-16), as idades da vida (Tt 2,1-10). Sempre uma sociedade simples e patriarcal, mas independente: a classe média.

O que era a classe média na antiguidade, não tinha a dignidade que reivindica a classe média no Ocidente desde a Revolução americana ou da Revolução francesa. No Ocidente de hoje, as aristocracias têm mais discrição e se escondem sob as aparências da classe média. Existe uma elite privilegiada, mas ela se esconde atrás dos valores oficiais da sociedade moderna, que eram até há pouco tempo os valores da classe média. É verdade que esta classe média está agora em plena desintegração, assim como o próprio trabalho que lhe dava razão de ser. Hoje em dia, o trabalho se automatiza e a cultura dominante é uma mistura de ética de aristocracia e de escravidão. É uma cultura de irresponsáveis, uma cultura do consumo e do gozo, uma democratização ou vulgarização das antigas éticas aristocráticas. Na atualidade, a ética paulina somente mantém-se onde ainda permanece um resto de classe artesanal ou um resto de classe camponesa independente.

A opção de Paulo pelos “fracos” era na realidade uma opção pelos “trabalhadores”, isto é, pela classe média. Naquele tempo, e aos olhos da classe rica, no nível abaixo dos ricos tudo se confunde, tudo parece igualmente fraco. Aos olhos das elites há somente duas classes; eles e o resto. Paulo optou pelo resto. Entretanto, o seu trabalho artesanal não o coloca numa classe indiferenciada.

Ele não foi escravo. A identificação que faz com o escravo na carta a Filemon mostra que ele não fica no nível dos escravos e a moral dele não é a dos escravos, e sim a de quem tem escravos, ainda que poucos e tratando-os bem.

Na realidade, viver no plano dos artesãos ainda não era “a escória do universo e o lixo do mundo”, a não ser por exagero literário. Aos olhos dos artesãos, o trabalho era valorizado tanto quanto aos olhos dos judeus na tradição rabínica.

#### **PARA REFLETIR**

##### **Paulo trabalhador e apóstolo**

1 – Ler e meditar: 1Ts 2,1-12. Refletir sobre a relação entre trabalho, apostolado e pobreza na própria vida e no carisma da congregação. Como se dá minha comunhão com os trabalhadores de hoje, em que sou solidário a eles? Entre as classes da sociedade em que vivemos, por qual fazemos opção ou nos aproximamos mais, a qual classe(classes) nosso apostolado está voltado prioritariamente?

2 – Como vejo as críticas que são feitas a nosso estilo de vida e missão, e quais respostas e argumentos eu formulo a elas?

**VIGÍLIA**  
**ANO PAULINO**  
**Paulo trabalhador e a papóstolo**  
*para o mês de Dezembro*

**1. Mantra**

Teu sol não se apagará, / tua lua não será minguate,  
Porque o senhor será tua luz, / ó povo que deus conduz

**2. Chegada – silêncio, oração pessoal**

(luzes apagadas)

**3. Abertura**

- Louvai ao Senhor, ó nações louvai! (bis)
- Povos do universo, a Deus glorificai!
- Seu amor por nós, firme para sempre! (bis)
- Sua fidelidade dura eternamente! (bis)
- (ascendem-se as luzes)
- Para nós brilhou a luz da verdade! (bis)
- Vimos o esplendor de sua claridade! (bis)
- A luz se levanta, santos, exultai! (bis)
- Alegres nos Senhor, vinde, celebrai! (bis)
- (oferta incenso)

- Suba nosso incenso a ti, ó Senhor! (bis)
- Este louvor pascal se oferta com amor! (bis)
- No Ano Paulino viemos celebrar! (bis)
- Os relatos de Paulo e com ele se alegrar! (bis)
- Para mim, viver é Cristo Jesus! (bis)
- Morrer pra mim é lucro, minha glória, a cruz! (bis)
- Nossas mãos orantes para vós subindo! (bis)
- Cheguem como oferenda ao som deste hino! (bis)
- Glória ao Pai e ao Filho e ao santo Espírito! (bis)
- Glória à Trindade Santa, glória ao deus Bendito!  
(bis)
- Glória a vós, Senhor, pelo vosso santo! (bis)
- Ó Deus, vos ofertamos estes nossos cantos! (bis)

**4. Recordação da vida**

De profissões e profissionais que com sua habilidade ajuda a melhorar o nosso país.

**5. Hino**

**Poucos os operários / poucos trabalhadores / e a fome do povo aumenta, mais e mais. / És o Senhor da messe, / ouve esta nossa prece / põe sangue novo nas veias da tua Igreja.**

1. Falta pão porque falta trigo, / falta trigo porque não semeiam / e faltam semeadores porque ninguém foi lá

fora chamar / falta fê porque não se ouve, / não se ouve porque não se fala / e falta este jeito novo de levar luz e de profetizar.

2. Falta gente pra ir ao povo, / descobrir porque o povo se cala. / Pastores e animadores pra incentivar o teu povo a falar. / Falta luz porque não se acende, / não se acende porque faltam sonhos / e falta este jeito novo de levar luz e falar de Jesus.

#### **6. Salmo 133**

*Neste Salmo, inspirado numa velha canção, cantemos a alegria da fraternidade e bendigamos a Deus pela nossa comunhão.*

#### **Oi que prazer que alegria o nosso encontro de irmãos (2x)**

1. É óleo que nos consagra, que ungiu teu servo Aarão. / É como um banho perfumado, gostosa é nossa união.
2. Orvalho de alta montanha, que desce sobre Sião. / Sereno da madrugada gostosa é nossa união.
3. Senhor, tu nos abençoa, e a vida vem de porção. / É vida que dura sempre, gostosa é nossa união.
4. Ao Deus de todas as crenças, a glória e a louvação. / No amor da Santa Trindade, gostosa é nossa união.

#### **7. Acolhida da palavra Aleluia, Aleluia (2x)**

No princípio era a palavra, / e a palavra se encarnou / e nós vimos sua glória, / seu amor nos libertou.

#### **8. Leitura bíblica**

Leitura do dia

#### **9. Silêncio**

#### **10. Partilha**

#### **11. Responso**

**Trabalhar o pão, / celebrar o pão, / oferecer e consagrar e comungar o pão (bis)**

1. Fruto do suor e do trabalho, / sacrifício que Jesus pediu, / pão da liberdade e da justiça, / pão da vida, pão do céu: / te ofertamos porque tudo é teu.
2. Fruto da esperança e da partilha, / santa missa que nos faz irmãos, / pão da liberdade e da justiça, / pão da vida, pão do céu: / pão bendito de libertação!

#### **12. Preces**

Irmãos e irmãs, lembrados da herança que nos veio por meio do apóstolo Paulo, façamos as nossas preces espontâneas em favor de todo o povo, especialmente os excluídos do trabalho.

*Canta-se ou reza-se a resposta:*

**Ouve, Deus de amor, o nosso clamor; ouve, Deus de amor, o nosso clamor.**

### **13. Pai-nosso**

### **14. Oração**

Ó Deus, força de paz, quiseste que o anúncio do Evangelho do teu Filho alegrasse o mundo inteiro. Fazendo hoje memória a Paulo apóstolo, nós te agradecemos o testemunho desse apóstolo. Dá-nos a graça de permanecer sempre fiéis na escuta e na prática do caminho de vida que ele transmitiu. Por Cristo, Nosso Senhor. Amém!

### **14. Bênção**

A bênção do Deus de Paulo, a bênção do Filho, nascido de Maria, a bênção do espírito Santo de amor, que cuida com carinho, qual mãe cuida da gente, esteja sobre todos nós. Amém!

### **15. Canto**

A escolha